

PROTEGENDO OS SEUS E RECRUTANDO OS DEMAIS: CLIENTELISMO POLÍTICO E RECRUTAMENTO MILITAR EM UBERABA/MG, NO CONTEXTO DA GUERRA DO PARAGUAI

PROTECTING YOUR OWN AND RECRUITING OTHERS: POLITICAL CLIENTELISM AND MILITARY RECRUITMENT IN UBERABA/MG, IN THE CONTEXT OF THE PARAGUAYAN WAR

Flávio Henrique Dias Saldanha¹

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade discutir a pressão causada pelo recrutamento militar, especialmente, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) nas redes de proteção locais. É sabido que havia um acordo tácito entre as partes envolvidas sobre a quem deveria recair o encargo militar. No entanto, com a demanda cada vez maior por mais recrutas, houve uma interferência crescente por parte do Estado imperial brasileiro nos assuntos locais, particularmente nas clientelas políticas, cujas redes de proteção se viram pressionadas. Chefes e autoridades das localidades, principalmente os comandantes superiores da Guarda Nacional, tiveram a capacidade de proteção de suas clientelas e, acima de tudo, seu prestígio colocado em xeque. Sendo assim, analisaremos um caso particular ocorrido em Uberaba como exemplo dessas pressões em prol do recrutamento militar.

PALAVRAS-CHAVE: Clientelismo; recrutamento militar; Guerra do Paraguai; Uberaba; século XIX.

ABSTRACT: This article aims to discuss the pressure caused by military recruitment, especially during the Paraguayan War (1864-1870) on local protection networks. It is known that there was a tacit agreement between the parties involved on who should be responsible for the military. However, with

*Parte das considerações do presente artigo foram discutidas em outro artigo de minha autoria, “Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil Imperial”, publicada na Coleção Meira Mattos no segundo semestre de 2015. No entanto, a luz de novas leituras e, especialmente, após lecionar uma disciplina eletiva sobre a temática da Guerra do Paraguai no curso de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no ano de 2021, fizera-me retomar e tecer novas considerações aqui apresentadas neste artigo. Agradeço aqui aos alunos(as) matriculados(as) na disciplina História e Historiografia da Guerra do Paraguai. As discussões realizadas em sala de aula foram a motivação para a escrita deste artigo. Evidentemente, as opiniões aqui emitidas são de minha inteira responsabilidade.

¹ Doutor em História, vinculado ao departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: fhsaldanha@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9864-5442>

the growing demand for more recruits, there was an increasing interference by the Brazilian imperial state in local affairs, particularly in the political clientele, whose protective networks were under pressure. Chiefs and authorities of the localities, especially the superior commanders of the National Guard, had the capacity to protect their clientele and, above all, their prestige was put in check. Therefore, we will analyze a particular case that occurred in Uberaba as an example of these pressures in favor of military recruitment.

KEYWORDS: Clientelism; military recruitment; Paraguay War; Uberaba; XIX century.

Introdução

O serviço militar para as forças armadas no Brasil imperial, era popularmente conhecido como “tributo de sangue”. Fábio Faria Mendes, ao tematizar as pressões e dramas que cercavam a prestação militar no Brasil imperial, afirmou que “(...) tornar-se-á dominante um modelo clientelar de relações entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado por um sistema de trocas cujas principais ‘moedas’ serão fidelidades, serviços e mercês”. (MENDES, 1997, p. 150)

O “tributo de sangue” é caracterizado por um determinado tipo de administração, a saber, a administração honorária.² Essa, no entanto, segundo Mendes, era a fonte de constantes problemas nas relações entre o poder central e o quadro administrativo. (MENDES, 1997, p. 150)

No processo de formação e consolidação do Estado imperial brasileiro é recorrente, dada a precariedade dos recursos públicos³, aliada à falta de pessoal qualificado, o uso de recursos e meios privados das elites locais. “Seu era o dinheiro com que pagava obras; seu, o [escravizado] cujos serviços cedia; sua, a casa onde exercia as funções públicas”. (FRANCO, 1997, p. 131)

O pagamento de recursos particulares para a consecução da administração pública era retribuído com “fidelidades, serviços e mercês”. Todavia, a execução de uma rotina administrativa em prol dos interesses do Estado brasileiro em formação, encontra obstáculo justamente na boa vontade

² A administração honorária se pauta pelo uso das chamadas liturgias. Essas, por sua vez, seriam a prestação de serviços não pagos e realizados de forma voluntária. (MENDES, 1997)

³ “As estatísticas oficiais sobre magistratura, efetivos da Guarda Nacional e Exército, gastos orçamentários e divisão administrativa, sofrerão de irremediáveis lacunas, que demonstram o quão pouco o Estado é capaz de informar-se sobre as suas próprias dimensões e rotinas.” (MENDES, 1997, p. 153)

dos notáveis locais. De certo modo, os serviços são desempenhados na razão direta dos seus interesses. Portanto, há forte predomínio da interpretação local das leis gerais. Em suma, regras não escritas, baseadas nos costumes e aceitas naquilo que era considerado o limite do razoável, preponderavam em detrimento do desenvolvimento de uma burocracia moderna.⁴

A respeito da burocracia moderna, Sérgio Buarque de Holanda nos alerta que, na vida política brasileira do século XIX, ocorreu “o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal.” (HOLANDA, 1995, p. 146)

Segundo pontua o autor, exemplo de círculo fechado seria a família. A esse respeito, a família, por extensão, estaria muito além do núcleo formado por pai, mãe e filhos. Em um país baseado na escravidão e nos grupos sociais dela dependentes, o círculo familiar seria composto pelo pai, mãe, filhos, escravizados, feitores e agregados.

Portanto, estamos falando de uma rede clientelar que, por sinal, foi uma tônica nas relações sociais e políticas do Brasil imperial. Desse modo, tais redes clientelares expandiram-se para além do círculo íntimo da família. Afinal, o casamento foi um instrumento para a ampliação de vínculos não apenas consanguíneos, mas, igualmente, políticos, em prol de proteção e, acima de tudo, de lealdade.⁵

Richard Graham, em seu estudo sobre a política e o clientelismo no Brasil no século XIX, afirmaria que “a proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento.” (GRAHAM, 1997, p. 37)

⁴ “As obrigações litúrgicas tenderão, pois, a vincular-se as expectativas tradicionais, sob a forma de gravames fixos. Novas exigências serão interpretadas como uma ruptura no acordo contratual tácito, (...)”. (MENDES, 1997, p. 146)

⁵ O casamento, especialmente entre as elites locais, era um meio de ascensão política e social.

Para Graham haveria, ainda, outras formas menos formais que o matrimônio, mas, igualmente, importantes de proteção e de inserção em uma rede clientelar, o compadrio.

Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil, (...), envolvia obrigações religiosas e materiais importantes, e portanto de influência e até mesmo de autoridade. Todos esses laços familiares implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo, de tal modo que, por extensão, muitas vezes alguém se referia de forma figurada a um protegido como afilhado, e a seu protetor como padrinho. (GRAHAM, 1997, p. 37)

Podemos compreender que as dinâmicas que envolviam a prestação militar se encontravam imersas nessas redes clientelares de proteção local.⁶ Afinal, um “padrinho” poderia fazer uso de seu prestígio e de sua influência para isentar seus “afilhados” do temido imposto de sangue, para o desespero das autoridades responsáveis pelo recrutamento, haja vista o amplo leque de isenções legais e morais que restringiam a base social dos possíveis recrutas aptos a servirem nas forças armadas.⁷

Em uma administração do tipo honorária, pela qual se pautava as relações entre o Estado e os notáveis locais, a autoridade desses últimos “(...) residirá, precisamente, em sua capacidade de manipulação de redes múltiplas de lealdade, e, sobretudo, em seu ‘prestígio’, ou seja, sua capacidade de atender as expectativas de sua clientela.” (MENDES, 1997, p. 146)

Desse modo, para aqueles homens sujeitos ao recrutamento, era de salutar importância se inserir e fazer parte de uma clientela. Portanto, estar incurso em uma rede clientelar representava para esses sujeitos, mais do que sustento material e moral. Significava, principalmente, fuga do serviço militar. (GRAHAM, 1997, p. 46-7)

Com tais considerações em mente, gostaríamos de analisar um episódio local, que coloca, a nosso ver, os conflitos, as rivalidades e, acima de tudo, a

⁶ A exemplo do que aponta Hendrik Kraay na sua análise sobre o recrutamento militar na Bahia. (KRAAY, 1999)

⁷ Exemplo de limitação da base social do recrutamento militar no Brasil é a própria escravidão. O escravizado é um não recruta em potencial. (COSTA, 1996, p. 58) Todavia, isso não impediu que escravizados fossem recrutados para as forças armadas, especialmente durante a Guerra do Paraguai. A esse respeito, ver (KRAAY, 1998).

evidência de uma rede de proteção local, cujo clientelismo foi objeto de acusação e de denúncia, durante a Guerra do Paraguai.

E por falar na guerra, o conflito, também conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, Grande Guerra (1864-1870) foi, de longe, a maior luta armada registrada na História da América do Sul que envolveu, entre seus beligerantes, de um lado, o Império do Brasil e as repúblicas da Argentina e do Uruguai e, de outro lado, a república do Paraguai. As origens do conflito, de acordo com Francisco Doratioto, estão ligadas diretamente ao “resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações.” (DORATIOTO, 2002, p. 23)⁸

Não é objetivo deste artigo discutir as origens e os desdobramentos da Guerra do Paraguai. Resta, no entanto, destacar que “os motivos do conflito, o estopim, seus principais atores, as consequências, até mesmo a sua nomenclatura (...) são questões respondidas das mais diversas formas, ao longo de décadas de investigação sobre o assunto.” (CAIMI, TEIXEIRA, 2013, p. 68) Sendo assim, a Guerra do Paraguai é um tema longe de ser consenso na historiografia, especialmente a brasileira, haja vista as diferentes correntes de interpretação historiográfica do conflito no país. Todavia, com o crescimento dos programas de pós-graduação no Brasil, observa-se, no que diz respeito ao tema Guerra do Paraguai, uma ampliação quantitativa, bem como qualitativa da pesquisa histórica, com a introdução de novos temas e métodos. (CAIMI, TEIXEIRA, 2013, p. 68)

Uberaba: boca do sertão da farinha podre

Uberaba, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, extremo oeste de Minas Gerais. A região, no século XIX, era conhecida como Sertão da Farinha Podre. A versão mais comumente difundida para a denominação da região adveio dos primeiros pioneiros de pendurarem sacos de farinha nos galhos das árvores. No

⁸ A interpretação do Doratioto a respeito das hostilidades reflete a atual corrente historiográfica da guerra, conhecida como neo-revisionismo ou historiografia moderna. As demais outras correntes são: tradicional militar patriótico, crítica positivista e revisionismo de esquerda. Para mais detalhes, ver: (CAIMI, TEIXEIRA, 2013, p. 69)

entanto, após o retorno, decorridos longos meses, a farinha se encontrava, literalmente, podre e imprópria para o consumo.⁹

Dada à sua localização geográfica, Uberaba ganhou projeção política e econômica em função das atividades comerciais em torno da criação do gado e do comércio de sal. Tal fatores foram condicionantes para Uberaba ser considerada “como boca do sertão, com características muito especiais: era intermediária entre duas cidades primazes – Rio de Janeiro e São Paulo –, e três regiões – Triângulo [Mineiro], Goiás e Mato Grosso”. (LOURENÇO, 2005, p. 339-40)

Em 25 de fevereiro de 1867 foi realizada uma sessão extraordinária na Câmara Municipal.

A sessão começara com a fala do Presidente da Câmara com informes sobre ofícios enviados pelo presidente da província mineira, elogiando a conduta do legislativo municipal nos seus esforços para a reunião de voluntários e contingente da Guarda Nacional para o esforço de guerra no conflito do Império do Brasil contra a República do Paraguai. Afinal, era o ano de 1867. O país, juntamente com as Repúblicas da Argentina e do Uruguai, formara a Tríplice Aliança para combater as hostilidades iniciadas pelos paraguaios. Naquele momento, a guerra entraria no seu terceiro ano. O conflito iniciara no final de 1864 e a perspectiva de uma guerra de curta duração esmorecera no âmbito da opinião pública com reflexos no recrutamento militar, agora com demandas cada vez mais crescentes.

Na sessão, o presidente informou aos vereadores presentes sobre um ofício que ele endereçara para as comissões patrióticas paroquiais que empreendessem maiores esforços para a reunião do contingente para a guerra. No entanto, o mesmo presidente ponderou sobre as dificuldades enfrentadas pelo delegado de polícia sobre o número exato de homens alistados, bem como

⁹ Outra versão para a origem do termo Sertão da Farinha Podre seria que a região localizada no extremo oeste do Estado de Minas Gerais seria semelhante, em termos geográficos e climáticos, com uma região de Portugal, também alcunhada de Sertão da Farinha Podre. Para mais detalhes ver: (RISCHITELLI, 2005, p. 51)

da demora dos guardas nacionais da municipalidade em se apresentarem para o serviço de guerra.

Feita essa exposição, o presidente passou a palavra para o chefe do Estado Maior da milícia e vereador presente na sessão, pois esse estava “mais em dia com esse negócio como chefe do Estado Maior, que se designasse dar a Câmara alguma informação a respeito.”¹⁰ (ANAIS, 2017, p.790)

O vereador relatou:

(...) que se achavam aquartelados alguns designados, tendo se apresentado 14, dentro dos quais 04 tinham passado para a 4ª classe e outros tinham sofrido inspeção de saúde tendo igualmente alguns apresentado substitutos, e que na realidade apesar dos esforços do delegado de polícia, e das demais pessoas a quem era incumbido a reunião do contingente, tinha lutado com muitas dificuldades, devido em grande parte a repugnância do nosso povo pela carreira das armas e a grande extensão do território dos termos do Uberaba e do Prata, fazendo com que os designados se escondessem nas matas, donde não podiam ser tirados e onde acham meios abundantes de vida, que tendo constado que número não pequeno de desertores e designados se achavam nas matas do Rio Grande, em uma ilha comunicando pelo meio de canoas com os municípios de Franca e de Araxá, hoje mandou observar e procurar a sua captura porém sem resultado. (ANAIS, 2017, p. 790)

Interessante destacar na fala do vereador “a repugnância do nosso povo pela carreira das armas”. De certa forma, com o prolongamento da guerra contra a República do Paraguai, os ânimos iniciais de que as hostilidades logo cessariam cederam lugar ao ceticismo de uma vitória incerta. Além disso, é consenso entre os estudiosos que o recrutamento militar, conforme já exposto, o famigerado “tributo de sangue”, era algo extremamente odiado pela população, com destaque para os homens, jovens e solteiros. Esses, por sinal, o alvo preferencial dos agentes encarregados da prestação militar. Regra geral, o imposto de sangue recaía sobre aqueles indivíduos considerados pela sociedade local como “improdutivos”, especialmente aqueles de comportamento

¹⁰ A ata da sessão da Câmara Municipal de Uberaba foi consultada por meio do e-book publicado pela Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, intitulado “Anais dos Livros de Atas – Câmara Municipal de Uberaba (Século XIX – 1857 a 1900)”, publicado em 2017. Doravante Anais.

moralmente reprovado pelos costumes. Tratava-se, em suma, de viajantes, de vadios, de gente sem qualificação e/ou sem uma ocupação fixa, cuja sorte a sociedade não se importaria que fossem presos e remetidos para os quartéis. (COSTA, 1996; MENDES, 1997)

A esse respeito, convém destacar que nas dinâmicas que envolviam a prestação militar no Brasil imperial, seguimos de perto as considerações de Hendrik Kraay que, ao contrário de entrever a imagem de um Estado forte e soberano a fazer valer suas cotas de recrutamento às custas de uma sociedade indefesa, teria prevalecido “um sistema no qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras e [escravizados] e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios significativos.” (KRAAY, 1999, p. 115)

De certa forma, continua o autor, “uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos guiou e constrangeu um sistema de recrutamento ‘legítimo’ em tempo de paz”. (KRAAY, 1999, p. 115)

A sessão na Câmara Municipal de Uberaba foi realizada em tempos de guerra. Portanto, maiores eram as pressões por parte do Estado por mais voluntários e contingentes da Guarda Nacional¹¹. A propósito, diante da necessidade cada vez maior de soldados, os subterfúgios para evasão da prestação militar foram intensificados, indo de casamentos de última hora, resistência armada, clientelismo de próceres locais e, em algumas situações mais dramáticas, a automutilação. (MENDES, 1997, p. 179)

Todavia, um recurso de fuga ao tributo de sangue parece ter sido bastante utilizado no período, a saber: a fuga para os matos vizinhos. A fala do vereador permite colocar isso em evidência, na medida em que ele relatou sobre a dificuldade de captura dos foragidos, devido “a grande extensão do território dos termos do Uberaba e do Prata, fazendo com que os designados se

¹¹ A Guarda Nacional foi uma milícia civil criada durante o período regencial. Fruto da desconfiança dos políticos em relação ao Exército. Ante à ojeriza ao serviço militar prestado no Exército, a Guarda Nacional granjeava prestígio, na medida em que, de acordo com a sua lei de criação, eram cidadãos ativos, isto é, possuidores de renda, quem deveriam fazer parte da milícia. A título de informação, com o início das hostilidades da Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional foi mobilizada em todo o país, já que possuía um contingente numericamente superior ao do Exército e a província de Minas Gerais deveria fornecer o contingente de seis mil guardas nacionais, de acordo com o Decreto n.º 3.382, de 21 de janeiro de 1865.

escondessem nas matas”. Essa alternativa de fuga, a propósito, mostrava-se bastante viável, na medida em que “os designados” “acham meios abundantes de vida” e se comunicam por “meio de canoas com os municípios de Franca e de Araxá.”¹²

A fala do vereador foi interpelada pela intervenção de outro camarista. Esse alegou “que não duvidava da extensão do território, facilitando aos designados meios para se ocultarem”. (ANAIS, 2017, p. 791) Entretanto, outras seriam as razões para as dificuldades do recrutamento militar, em especial, da Guarda Nacional:

(...) o resultado até aqui é lamentável como está se vendo, e que isto é devido pela maior parte das injustiças praticadas nas designações e ao patronato concedido a alguns guardas, muito nas circunstâncias de prestarem serviços de guerra, e mesmo residentes nesta cidade. (ANAIS, 2017, p. 791-2)

O vereador continuou com as declarações:

(...) que não podia negar este fato, pois que era de notoriedade pública que nas 1ª designações tinham cometido injustiças, designando homens maiores de 45 anos, casados (...), na última o Comandante Superior da Guarda Nacional, tinha deixado de designar 04 moços muito nas circunstâncias, mandando os aquartelar no dia da designação para o serviço de destacamento nesta cidade, com o fim de evitar que fossem escolhidos para o contingente da guerra. (ANAIS, 2017, p. 792)

E “não parava aí”, segundo o camarista, o Comandante Superior da Guarda Nacional de Uberaba e de Prata teria, ainda, protegido do recrutamento militar um miliciano civil que era seu parente. O comandante teria, pessoalmente, interferido ao dizer para o “delegado de polícia que o guarda procurado não estava em casa”. Entretanto, o guarda nacional fora visto, instantes depois, saindo “da mesma casa, auxiliado por oficial da Guarda Nacional, bem parente do Comandante Superior”. (ANAIS, 2017, p. 792-3)

¹² A propósito, a prática da fuga para matos próximos deu origem a uma expressão bastante em voga no período: “Deus é grande, mas o mato é ainda maior!” (TAUNAY, apud COSTA, 1996, p. 234)

A despeito da acusação feita pelo vereador de que o Comandante Superior¹³ promoveu “patronato (...) a alguns guardas”, podemos colocar em evidência um típico caso de clientelismo em que o chefe da milícia muito provavelmente procurou, por meio do seu prestígio e de sua influência, isentar seus favorecidos, inclusive parentes, da pressão do Estado imperial de recrutar guardas nacionais para a Guerra do Paraguai. Havia uma tensão polarizadora entre o Estado imperial, as elites locais e os homens livres pobres que se acentuava em período de guerra externa, sobre a quem recairia a sorte de ser recrutado para as forças armadas.

O Comandante Superior da milícia civil de Uberaba e de Prata, encontrava-se em uma circunstância nada animadora, haja vista que tinha “a difícil tarefa de satisfazer as exigências do Estado sem arriscar a dominação de classe nem a mão-de-obra da qual esta dependia.” (KRAAY, 1999, p. 123). Considerações semelhantes encontramos em Peter Beattie. Para esse autor, “a mobilização para a guerra corroe a capacidade de muitos patronos de proteger a si próprios e a seus clientes do poder estatal”. (BEATTIE, 2009, p. 73)

O resultado não poderia ser outro: conflitos de interesse e acusações de clientelismo e patronato.

A Guerra do Paraguai, proporcionou uma situação não prevista nas dinâmicas em torno do recrutamento militar. Afinal, não podia recrutar conforme as regras não escritas convencionadas dos tempos de paz. A necessidade de mais soldados, voluntários e, especialmente, guardas nacionais, “levou as autoridades a violar as normas que previamente se restringiam aos ‘desprotegidos’” (BEATTIE, 2009, p. 73).

Portanto, há a ingerência cada vez maior do Estado nos assuntos locais. Rompia com os acordos previamente compactuados nas regras não escritas que regiam a prestação militar. Ademais, “a intromissão da autoridade pública nos

¹³ O posto de Comandante Superior era o de mais alta hierarquia no comando da Guarda Nacional. A patente desse posto era de coronel. Este cargo era de nomeação pelo Estado. Portanto, os escolhidos para esse comando eram os mais influentes política e economicamente na localidade. A propósito, de acordo com a lei nº 602 de 19 de setembro de 1850, que reformara a Guarda Nacional, cada município do Império deveria ter apenas um Comando Superior, o que caracteriza ainda mais o caráter centralizador que a lei citada exerceu sobre a milícia civil, entre outras considerações. Sobre a reforma de 1850, ver (SALDANHA, 2013).

domínios privados nunca fora tão difusa ou contínua; ela deslocou o equilíbrio de poder entre os mundos da casa e da rua”. (BEATTIE, 2009, p. 73)

Quanto aos “desprotegidos”, a categoria de homens livres e pobres, era heterogênea. Por mais que eles compusessem o chamado “mundo da desordem”¹⁴, havia os indivíduos considerados como improdutivos, e havia aqueles que se autodenominavam como pobres honrados.

Esses, por sua vez, “viam o patronato como algo natural, necessário, e mesmo como ‘boa’ maneira de organizar a sociedade.” Eram ainda “resolutos clientes dos patronos senhoriais, (...) colhiam os frutos da lealdade na forma de proteção do recrutamento”, na medida em que “faltava-lhes a capacidade de proteger suas lavouras, [escravizados], ou gado de pilhagem, e ficavam satisfeitos quando o recrutamento recaía sobre os homens considerados vadios.” (KRAAY, 1999, p. 126-7)

Os chefes locais, com especial destaque para os comandantes da Guarda Nacional, uma vez que essa era uma grande rede institucionalizada que isentava os guardas nacionais da temida prestação militar (MENDES, 1997, p. 196), viram sua capacidade de influência e de proteção colocada em teste, diante das circunstâncias de uma guerra longa e da exigência crescente do recrutamento dos milicianos civis.

Sobre o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional, Aline Goldoni assevera que esse “(...) funcionava como uma importante ferramenta de desempenho do poder local, uma vez que sob seu comando estava a imensa maioria dos eleitores municipais.” (GOLDONI, 2010, p. 105). Nesse sentido, podemos colocar em evidência a acusação do camarista sobre a conduta do Comandante Superior da milícia de Uberaba e de Prata, a respeito do

¹⁴ Utilizo aqui das considerações de Ilmar Rohloff de Mattos, a respeito da sociedade brasileira do século XIX, a qual seria dividida em três mundos, a saber, Mundo do Governo, constituído pela chamada “boa sociedade”, Mundo do Trabalho, formado pelos escravizados e o Mundo da Desordem. De acordo com o autor, esse mundo possuía uma peculiaridade. “Todavia, a colonização não produzira apenas colonizadores, colonos e [escravizados], já o sabemos. Em escala crescente, ela criara uma massa de homens livres e pobres, que se distribuíam de maneira irregular pela imensidão do território e povoavam as mentes e escritos de cronistas, autoridades governamentais e demais componentes da ‘boa sociedade’, desde o século XVIII. De maneira preocupante, quase sempre. [...] constituíam um mundo à parte, no entender dos setores dominantes: *o mundo da desordem*.” (MATTOS, 1994, p. 114-5)

recrutamento da guarda daquelas localidades, na medida em que denunciava a existência de uma rede de protegidos do chefe local. Mais do que denunciar, o vereador em questão colocava publicamente à prova, durante a sessão da Câmara, a capacidade e o prestígio do Comandante Superior. Afinal de contas, “o prestígio de um determinado comandante estava diretamente vinculado ao grau de proteção que ele podia oferecer aos seus subordinados.” (GOLDONI, 2010, p. 105)

Perante as acusações feitas, o vereador e chefe do Estado Maior da milícia civil pediu novamente a palavra e respondeu que “no quadro presente, tais acusações sejam levantadas nesta casa com manifesta injustiça”. Continuou ainda dizendo:

Senhores o Comandante Superior, nenhuma responsabilidade tem e pode ter pelas designações passadas, por não ter sido feitas por ele, e sim pelos Conselhos de Designação, na forma da Lei e das ordens do Governo. É certo que o Comandante Superior não conhece todos os guardas do seu comando, e com eles não tem relação, o Comandante Superior está tão longe e tão distante dos guardas, sendo impossível saber o seu estado e as condições em que se acham. (ANAIS, 2017, p. 796-7)

Pelo exposto, quem é o Comandante Superior da Guarda Nacional de Uberaba e de Prata, o qual “está tão longe e tão distante dos guardas”? Este era Antônio Elói Cassimiro de Araújo, o barão de Ponte Alta. Sobre a trajetória política de Antônio Araújo, algumas considerações podem ser destacadas.

Araújo nasceu na localidade de Desemboque¹⁵, em 1816, e era filho natural de dona Ludovina Clara dos Santos. Já seu pai era o cônego Hermógenes Cassimiro Araújo de Brunswick. Tanto o pai, quanto o filho foram importantes líderes políticos na região de Uberaba. No entanto, tiveram trajetórias políticas diferentes, ambos foram “duas personalidades diferentes,

¹⁵ A localidade de Desemboque é considerada como o primeiro núcleo de ocupação e de povoamento do Sertão da Farinha Podre, a partir da exploração de ouro em meados do século XVIII. Entretanto, com o declínio da extração do ouro, em função da defasagem das técnicas de mineração, os moradores do local partiram para ocupar regiões próximas. A este respeito, Antônio Borges Sampaio afirmou que Desemboque foi o centro de dispersão da ocupação da região. As expedições oriundas da localidade construíram as primeiras estradas e deram origem as atuais cidades de Araxá, Patrocínio, Prata e Uberaba. (RISCHITELI, 2005, p. 64)

dois caminhos diferentes. Embora gerados no seio de uma mesma aristocracia rural os caminhos trilhados por pai e filho foram até certo ponto distintos.” (LUZ, 2008, p. 82)

Começamos pelo pai, o cômego Hermógenes. Ele foi líder político e religioso de grande influência na região de Uberaba no século XIX. Apesar de cômego teve numerosa família e exerceu vários cargos civis e religiosos. De certa forma, a união com Ludovina Clara dos Santos, além de filhos, resultou em laços e alianças políticas com a família dela, que era proveniente da região de Paracatu, tais contatos foram determinantes para a eleição de Hermógenes Brunswick para as cortes de Lisboa pela comarca de Paracatu, às vésperas da independência do Brasil. (DOMINGOS, 2007, p. 135). De acordo com Estevão de Melo Marcondes Luz, “o cômego foi político de carreira, trilhando o caminho natural desde o legislativo municipal até a Câmara dos Deputados, passando pela Assembleia Legislativa Provincial.” (LUZ, 2008, p. 83)

Já o filho Antônio Araújo se destacou no comércio, em especial, no comércio de sal, importante produto em função da criação de gado na região.¹⁶ Para tanto, Araújo construiu armazéns para depósito de sal às margens do Rio Grande, tendo em vista que “suas terras estavam muito bem localizadas, pois o rio Grande era a divisão com a província de São Paulo e o trânsito ali começava a intensificar-se.” (LUZ, 2008, p. 82)

Quanto a trajetória política de Cassimiro de Araújo, ela teve início:

(...) na Câmara Municipal da Vila de Uberaba onde gozava de grande influência dentre a elite dirigente. No ano de 1857, quando o cômego terminou de cumprir seu último mandato na Assembleia Legislativa Provincial e foi eleito deputado geral, o barão foi eleito deputado provincial e assumiu o lugar deixado pelo pai no legislativo provincial. No entanto, após cumprir uma legislatura na Assembleia da Província de Minas o barão não voltaria ao legislativo da província. Por certo as atividades comerciais que ele mantinha no rio Grande tomavam todo seu tempo e por isso abandonou a carreira política na província. Mas na Vila de Uberaba ele continuou a atuar enquanto vereador. (LUZ, 2008, p. 83)

¹⁶ Sobre o comércio de sal, é importante destacar que “Uberaba tornou-se o principal centro distribuidor de sal para uma imensa área de pecuária extensiva que incluía o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso”. Esse comércio fez com que a região se convertesse em “uma verdadeira rede tentacular de estradas salineiras”. (LOURENÇO, 2002, p. 329)

No que diz respeito à Guarda Nacional, tanto o pai, quanto o filho foram, igualmente, oficiais da milícia civil. “Com a criação da Guarda Nacional em 1831 o cônego Hermógenes foi eleito Tenente-Coronel do Batalhão do Desemboque, o que lhe aumentou o prestígio no âmbito da província.” (LUZ, 2008, p. 85)

Prestígio esse que rendeu ao cônego Hermógenes o exercício de vários cargos na administração municipal e provincial, como tivemos a oportunidade de mencionar. O mesmo podemos dizer com relação ao filho, Antônio Araújo.

Na política municipal foram muitos os postos ocupados pelo Barão de Ponte Alta. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Uberaba desde 1848 até 1857; foi juiz de paz no quadriênio de 1865 a 1868; e foi nomeado também substituto de juiz municipal. Na polícia ocupou o cargo de subdelegado. O barão fez parte ainda de comissões realizadas pelo governo da província para explorar o rio Grande e verificar a existência de carvão de pedra na Serra da Canastra. Por conta de seus trabalhos no porto da Ponte Alta, por sua contribuição ao comércio entre Minas Gerais e outras províncias e *por conta de sua participação na Guerra do Paraguai enquanto Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional*, o governo imperial concedeu-lhe em 1879 o título de Barão de Ponte Alta. (LUZ, 2008, p. 86) Grifos meus.

Para a concessão de títulos de nobreza, especialmente o de barão, como é o caso aqui, Lilia Schwarcz chama a atenção que, durante o Segundo Reinado, D. Pedro II concedeu, com generosidade, o título de barão, principalmente para os proprietários rurais, os quais se destacavam pela sua riqueza econômica. (SCHWARCZ, 2010, p. 193). De certa forma, a concessão do título de barão de Ponte Alta para Antônio Cassimiro, seja uma evidência da riqueza de seu patrimônio, haja vista o destaque que o ele teve no ramo do comércio de sal.

Schwarcz observa que os títulos de maior hierarquia eram concedidos pelo Imperador aos políticos, notadamente aqueles que se destacavam no cenário nacional e, até mesmo, internacional.¹⁷ (SCHWARCZ, 2010, p. 193) –

¹⁷ Exemplo que podemos atribuir para Paulino José Soares de Sousa, o qual foi agraciado com o título de visconde de Uruguai, pela sua atuação diplomática na política externa do Império do Brasil. A propósito, Marina Garcia de Oliveira aponta que no dia 15 de outubro de 1872, nove conselheiros de Estado foram nobilitados, entre eles, José Antônio Pimenta Bueno, teve seu

outra evidência é que o citado barão apenas cumpriu um mandato como deputado provincial, não galgando degraus maiores na carreira política.

A autora pondera, no que diz respeito à concessão dos títulos de nobreza, que:

Curiosamente, no período de maior popularidade do imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado. (SCHWARCZ, 2010, p. 175)

Ao atentarmos para o ano da concessão do título de barão de Ponte Alta para Antônio Araújo, 1879, coincide perfeitamente com as considerações de Schwarcz da dupla finalidade dos títulos, especialmente em períodos de crise: “compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado.”

O cônego Hermógenes, e o filho, barão de Ponte Alta, trilharam caminhos diferentes na carreira política. “O cônego trilhou sua carreira política no âmbito do Partido Conservador e o filho engrossou a fileira dos liberais.” (LUZ, 2008, p. 88)¹⁸

Ainda na Câmara Municipal de Uberaba temos informações importantes. Sobre quem eram os vereadores presentes na sessão. Afinal, quem são eles?

Começemos pelo vereador e chefe do Estado Maior da Guarda Nacional de Uberaba e de Prata, que relatou a situação da mobilização da milícia para a Guerra do Paraguai. Trata-se de Antônio Borges Sampaio. Ele era português de nascimento e veio para Uberaba, em 1847, para trabalhar no ramo de sal.¹⁹

título de visconde de São Vicente com grandeza, elevado para marquês de São Vicente. (OLIVEIRA, 2018, p. 230)

¹⁸ Pelas limitações próprias deste artigo, não entraremos, em detalhes, na discussão sobre a natureza e a composição dos partidos Liberal e Conservador. Para mais detalhes consultar: (CARVALHO, 2003 e MATTOS, 1994).

¹⁹ Para mais detalhes sobre a vida e obra de Antônio Borges Sampaio, ver (RISCHITELI, 2005).

Ao chegar em Uberaba e atuando no comércio de sal, Borges Sampaio teve intensa relação de amizade com o barão de Ponte Alta. Essa amizade rendeu frutos, pois Sampaio se tornou sócio do barão nos negócios de sal. Talvez o resultado mais importante dessa amizade foi o casamento, em 1849, do português com a irmã do barão, Maria Cassimira de Araújo Sampaio. Desse modo, Borges Sampaio se tornou amigo, sócio e cunhado do barão de Ponte Alta. Isso sem mencionar que o português teve como sogro o cônego Hermógenes. Portanto, Borges Sampaio, por meio do matrimônio, entrou na família, nos negócios e, principalmente, na política de uma importante sessão local da elite de Uberaba.

Nessa localidade, Sampaio exerceu várias atividades e funções. Foi subdelegado e delegado de polícia, respectivamente, entre 1853 a 1854 e entre 1864 a 1868. Foi também promotor público e farmacêutico. Foi oficial da Guarda Nacional, sendo nomeado tenente-cirurgião. Sampaio teve seu posto de oficial elevado para o de Tenente-Coronel do Estado Maior do Comando Superior de Uberaba e de Prata. No entanto, antes mesmo de receber a patente de Tenente-Coronel, o português já exercia o cargo, em função do início das hostilidades da Guerra do Paraguai, quando, em 1865, “reuniram-se em Uberaba forças militares, organizadas por ele, que, no decorrer da campanha do Paraguai, marcharam rumo a Mato Grosso e invadiram Laguna”. (RISCHITELI, 2005, p. 39)

Além disso, Antônio Borges Sampaio era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Arquivo Público Mineiro (APM), para cujos órgãos escreveu artigos e biografias dos políticos do Sertão da Farinha Podre. Sampaio, portanto, foi um dos primeiros historiadores da região. Entre as biografias escritas por Antônio Sampaio, encontrava-se, obviamente, a do seu cunhado, o barão de Ponte Alta, a quem declarou que “declinava de si os cargos populares, para honrar cidadãos”. (SAMPAIO, 1971, p. 272). Sob sua iniciativa, o português realizou um censo urbano da vila de Uberaba²⁰, em 1855. Esse censo serviu de base para a assembleia legislativa

²⁰ Uberaba foi elevada à condição de vila em 1836.

provincial de Minas Gerais elevar Uberaba à categoria de cidade em 1856. (RISCHITELI, 2005, p. 39-40)

Em termos de filiação política, o português era membro do partido Liberal. Logo, era correligionário do mesmo partido do barão de Ponte Alta. Interessante destacar que, devido à sua atuação política, Sampaio tornou-se alvo de seus adversários políticos conservadores. Eles o apelidaram de “a jaguatirica – a que fere com as unhas sem as mostrar”. (RISCHITELI, 2005, p. 40)

Pelo exposto, podemos, então, depreender o porquê da defesa que a “jaguatirica” fez, na sessão da Câmara de Uberaba, do Comandante Superior da Guarda Nacional de Uberaba e de Prata. Mas quem era o vereador que fez tais acusações?

O vereador era Wenceslau Pereira de Oliveira. Pelo que podemos depreender do memorialista Hildebrando Pontes²¹, o vereador em questão era membro do partido conservador. Sendo assim, as acusações feitas por Oliveira eram reflexo das rivalidades, a nível local, entre liberais e conservadores, que foram acentuadas pela pressão do recrutamento militar para a Guerra do Paraguai.

Antes das acusações feitas pelo vereador Oliveira sobre a conduta do Comandante Superior, Sampaio replicou:

(...) devo também dizer, que colocado como sou no lugar de fiscal do que muito me honro, asseguro a Câmara que no Comando Superior não se cometem fraude e não [se] alteram os livros da qualificação. Acusou o Comandante Superior de ter deixado de designar guardas em circunstâncias de servir para o destacamento de guerra, estes guardas senhor presidente, estavam aquartelados, alguns tinham ido para Ouro Preto, em serviços levando presos, e os outros que tinham ficados aquartelados, estavam igualmente em diligências, suportando chuvas, trabalhos e noites e dias de penosos afazeres, além disso na falta de poder reunir se ao contingente, estavam eles como estão, prontos para serem designados, e prontos a marcharem se necessário for. (ANAIS, 2017, p. 799-800)

²¹ Hildebrando de Araújo Pontes é considerado, pelo conjunto de sua obra sobre a história de Uberaba e regiões próximas, como um memorialista. Sua obra “História de Uberaba e a civilização do Brasil central” é referência para as pesquisas sobre o antigo Sertão da Farinha Podre. Para mais detalhes ver (PONTES, 1978)

Nesse momento da sessão, a fala de Borges Sampaio foi interrompida pela intervenção de outro vereador, que era José Teixeira Alves de Oliveira. José Oliveira declarou que “o Comandante Superior fizera aquartelar estes guardas no dia da designação e que isto tinha sido feito pelo patrocínio do próprio orador que protegia esses guardas.” (ANAIS, 2017, p. 800)

Diante dessa nova acusação, Sampaio argumentou em sua defesa que:

(...), é mais uma injustiça do senhor vereador. O Comandante Superior não mandou aquartelar ninguém, quando um guarda pede escusa, dirige-se ao comandante do destacamento, e o requerimento vem informando o Comandante Superior, atende ou não atende o pedido conforme a ordem do comandante do batalhão, que manda por um capitão de companhia para designar outro guarda, o senhor presidente e os senhores vereadores compreendem que o Comandante Superior não tem parte nessa designação, quanto a dizer que foi pela minha influência que deixaram de ser designados, declaro que não tive parte na designação, (...). (ANAIS, 2017, p. 800)

Sampaio ainda continuou sua defesa, dizendo que a conduta do Comandante Superior fora exemplar, a ponto ser elogiada pelo presidente da província, conforme se segue:

(...) o Comandante Superior tinha que designar o novo contingente, e lembrou-se de imitar o procedimento do Comandante Superior da Leopoldina (...), que designou fazendeiros e bacharéis e cujo procedimento foi louvado pelo senhor Presidente da Província, podia fazê-lo, posso assegurar aos vereadores que as ordens do governo, são de natureza tal, que exige com muita força a reunião de contingente, porém o doutor Juiz de Direito, o doutor Juiz Municipal e creio que o Presidente da Câmara, foram de parecer que por hora designassem só os solteiros. (ANAIS, 2017, p. 801)

Talvez por ter sido citado, o Presidente da Câmara tomou a palavra e fez uma fala em tom conciliador, ante o clima de tensão presente na sessão:

(...), desgraçada e penosa é nas atuais circunstâncias a posição de um Comandante Superior, colocado na dura necessidade de cumprir com o seu dever em vista das posições do país, os seus atos são sempre mal interpretados, seria melhor que todos reunissem para esforçar a que marchasse o contingente, e que houvesse mais critério nas

acusações. Quanto ao que me é pessoal nada direi, tenho respondido. (ANAIS, 2017, p. 802)

Após a admoestação do Presidente da Câmara, o vereador Alves de Oliveira pediu novamente a palavra. Ele, por sua vez, prosseguiu dizendo:

(...) que pouco tempo demoraria por estando cansada a Câmara, mas que tendo tomado algumas notas para responder ao senhor Sampaio, orador que o procedeu não podia deixar sem resposta sua defesa. O senhor presidente, remontando a designação de 1865, tenho a dizer que houve injustiça manifesta nas designações, não se designou *se não por capricho e no Partido Conservador* as pessoas dentro do Partido Liberal, se designou um neto do Tenente Felisberto, único Liberal que fora designado. (ANAIS, 2017, p. 802-3) Grifo meu.

O vereador José Oliveira continuou com as suas acusações. Alegou que “tal era a sanha de perseguição principalmente contra mim que se designou o senhor Francisco Lucas, pai de 5 filhos, homem muito doente”. Teixeira de Oliveira disse, ainda, que as designações na Guarda Nacional foram feitas com base na “vingança e perseguição” (ANAIS, 2017, p. 803).²² Ele também citou, com certa ironia, o mesmo caso da designação de Francisco Lucas²³:

O senhor Francisco Lucas, era tão doente que a simples vista conhecia que não podia servir (...), e de cuja enfermidade morreu, entretanto senhores morreu designado, e ainda pouco era procurado para se aquartelar, *e eu disse que fossem notificar no cemitério para onde se tinha mudado (...)*.²⁴ (ANAIS, 2017, p. 803-4) Grifos do autor.

Além disso, Alves Teixeira acusou o Comandante Superior, Cassimiro de Araújo, de nada fazer sem antes consultar o seu cunhado, o vereador Sampaio, conforme se segue:

Não temos justiça e nem autoridade, há seu tempo ele há de ser acusado, não só ele como também o senhor, porque o Comandante Superior nada faz, se todos os despachos são dados pelo senhor Sampaio, e copiadas fielmente pelo senhor

²² Nesse momento, a ata registra a ocorrência de sussurros nas galerias e o presidente teve que pedir ordem soando uma campainha. (ANAIS, 2017, p. 803)

²³ Sobre Francisco Lucas, podemos deduzir que o mesmo era cunhado de José Oliveira, pois, em momento anterior da sessão, ele declarou que aquele fora “designado por ser meu cunhado”. (ANAIS, 2017, p. 798)

²⁴ Nessa ocasião, a ata registra que foram ouvidas risadas. (ANAIS, 2017, p. 804)

Elói, que não tem habilidade para nada decidir por si mesmo.
(ANAIS, 2017, p. 804)

O citado vereador avançou com mais acusações:

(...), pois bem passo a outro fato público que não se designaram os solteiros na última designação, e que destes alguns eram protegidos do senhor vereador Sampaio, e que foram aquartelados no destacamento desta cidade no dia da designação pela influência do senhor vereador. (...) todos sabem disto, também um solteiro, (...), que estava designado foi dispensado por ser casado, entretanto ele é solteiro.
(ANAIS, 2017, p. 807)

Nesse momento da sessão, o vereador José Oliveira declarou que “(...), não é menos verdade que tem havido muitas injustiças e muito patronato, (...)”.
(ANAIS, 2017, p. 807)

Pelo exposto, convém informar quem era o vereador José Teixeira Alves de Oliveira. Da mesma forma que ocorreu a respeito do vereador Wenceslau Pereira de Oliveira, as informações de que dispomos sobre José Oliveira foram prestadas por Hildebrando Pontes. Portanto, ambos os vereadores eram membros do partido Conservador. Sendo assim, podemos depreender, mais uma vez, as rivalidades entre liberais e conservadores, potencializadas pelas pressões do tributo de sangue que incidiam sobre a Guarda Nacional das localidades de Uberaba e de Prata.²⁵

Ainda de acordo com a sessão da Câmara de Uberaba, o vereador Wenceslau Pereira de Oliveira voltou à carga de acusações contra o Comandante Superior. Agora, as acusações eram de que as companhias da milícia eram formadas por oficiais “amigos e parentes do Comandante Superior”:

Nas Dores a companhia é comandada por um oficial de Frutal, meu amigo, muito boa pessoa, porém antipático ao povo das Dores. Aqui se tem nomeado para oficial, os amigos e parentes do Comandante Superior, e por isso tem se pedido demissões a torta e a direita, a Guarda Nacional, está

²⁵ E por falar em rivalidades, podemos deduzir, ao menos, que a contenda entre José Teixeira Alves de Oliveira e o barão de Ponte Alta era antiga. É o que nos relata Hildebrando Pontes. Por conta, de uma quantia de vinte litros de feijão disputada entre os dois e por ser esse um artigo escasso na época, ocorreu o fechamento de uma escola em Uberaba. Para Pontes, “nesse tempo houve muita picardia e verificou-se muita vingança, (...)”. (PONTES, 1972, p. 104)

desmantelada muitos oficiais pedem licença para não servir, até alguns tem oferecido os seus fardamentos querendo deles se desfazer, lavra o descontentamento e é por isso o não aparecimento do contingente da Guarda Nacional. O delegado de polícia tem feito o que pode a Câmara também, porém os chefes não tem influência, são baldados os seus esforços, disse que tinha havido fraude, não me referi ao Comandante Superior, mas aos livros da qualificação. (ANAIS, 2017, p. 810)

Em consequência dessa nova acusação, o vereador Sampaio afirmou que “os livros estão no Comando Superior, desafio o vereador que provar se foram falsificados, é mais uma acusação indigna.” (ANAIS, 2017, p. 811)

Após a fala de Borges Sampaio, Wenceslau Oliveira replicou:

(...), vou referir o caso, não disse que foram falsificadas, disse que rezou-se de fraude, foi designado o Quirino Evaristo Moreira, entretanto o cabo Manoel Afonso, foi notificá-lo, o senhor Zacarias, tio do designado fez observar que o seu sobrinho, vinha com o nome de Quirino Evangelista, e que por conseguinte não era ele, porque ele se chamava Quirino Evaristo. O cabo não o notificou, e quando voltou disseram que tinha se mudado o nome de propósito para salvá-lo da designação. Pergunto é fraude [?] (ANAIS, 2017, p. 811)

Vemos, nesse momento da sessão, uma batalha retórica entre Borges Sampaio e Wenceslau Oliveira. O primeiro disse que “as acusações do vereador são apaixonadas”, ao passo que o segundo respondeu “não tenho paixão alguma, sou movido pelo sentimento da justiça e devo ser franco perante a Câmara, porque vejo o meu país a braços com a guerra estrangeira, e vejo fugir-lhes os recursos.” (ANAIS, 2017, p. 811-12)

Pereira de Oliveira continuou:

Senhores no batalhão do Prata e no de Uberaba, há muitos oficiais que não são fardados, e entretanto não tem sido demitidos, o Comandante Superior, *só pede demissão daqueles a quem vota ódio*, o que tem trazido uma desconfiança quase geral da Guarda Nacional, estou convencido que essas demissões tem também influído para não se unirem o contingente. (ANAIS, 2017, p. 813) Grifo meu.

Evidencia-se uma disputa e, porque não dizer, propriamente, rivalidade política: de um lado, os vereadores Wenceslau Pereira de Oliveira e José Teixeira Alves de Oliveira e, de outro, o Comandante Superior, barão de Ponte Alta e Antônio Borges Sampaio. Podemos depreender, ainda, que, diante da pressão pelo recrutamento de guardas nacionais para o conflito contra o Paraguai, os primeiros denunciavam as arbitrariedades na forma de clientelismo cometidas pelos segundos na milícia. Arbitrariedades que incidiram, muito provavelmente, sobre a clientela dos vereadores Wenceslau Oliveira e Alves Teixeira, a qual teria sido arregimentada como adversária política do português e do seu cunhado Comandante Superior.

Considerações finais

A título de conclusão, podemos evidenciar que Antônio Borges Sampaio, vereador e Tenente-Coronel da Guarda Nacional, e o barão de Ponte Alta, Comandante Superior da milícia civil, procuravam, por meio dos seus cargos e influência, salvaguardar suas redes clientelares do temível recrutamento militar potencializado de forma exponencial em uma conjuntura de guerra, designando os desafetos políticos com o encargo militar. A bem da verdade, o barão de Ponte Alta, na qualidade de Comandante Superior da Guarda Nacional de Uberaba e de Prata, procurava, assim como os demais chefes, “possuir competência suficiente para conceder dispensas, agenciar promoções, autorizar isenções do serviço ativo e, principalmente, manter seus ‘protegidos’ a salvo do recrutamento para o Exército, era essencial para manter um amplo séquito de eleitores fiéis.” (GOLDONI, 2010, p. 105)

Podemos entender assim que:

(...), os comandantes superiores mantiveram uma forte ligação com a população dos municípios onde atuavam, além de estarem profundamente conectados ao poder local, pois muitas das prerrogativas administrativas atreladas eram subordinadas à competência desses oficiais. (GODOLNI, 2010, p. 105)

E por falar em “competências desses oficiais”, não podemos esquecer que tanto o português, quanto o barão, assim como o seu pai, o cônego Hermógenes, foram chefes da Guarda Nacional. Portanto, eles:

(...) faziam parte de uma mesma família, viviam em uma mesma região, dentro dos limites de um mesmo Império (...). O interessante é que ambos fazem parte de uma mesma rede de relações familiares e de favorecimento e compartilham o mesmo desejo por ascensão social e participação política. Os três beneficiaram-se também de uma mesma trama familiar a partir da qual projetaram sua inserção nas bases do Estado imperial. (LUZ, 2008, p. 78)

De certa forma, por projetar “sua inserção nas bases do Estado imperial”, podemos colocar em evidência, a partir da sessão da Câmara Municipal de Uberaba, que Antônio Borges Sampaio e Antônio Elói Cassimiro de Araújo, respectivamente, Tenente-Coronel Chefe do Estado Maior e Comandante Superior da milícia civil, fizeram valer a sua influência ao escolherem quem deveria ou não ser recrutado para a guerra contra o Paraguai.

A esse respeito, podemos:

(...) conjecturar que ser um guarda nacional no oitocentos podia ser um bônus, quando estar inserido na milícia representou a escapatória do recrutamento. Mas tornava-se um ônus, quando o serviço ocorria em momentos inconvenientes, acarretando prejuízos econômicos e pessoais. A cidadania nesse contexto possuía peculiaridades, no que concerne ao entendimento sobre pátria, liberdade e constituição; afinal, ela teve que se acomodar a uma sociedade marcada pela dependência pessoal nas relações sociopolíticas, bem como pela existência da escravidão. (COSTA, 2020, p. 15)

Quanto a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Uberaba, essa teve o seguinte desfecho, ao menos, naquele dia 25 de fevereiro de 1867.

Havendo um breve instante de silêncio, o Presidente da Câmara:

(...) disse não tem saído uma lembrança conducente a obter-se a reunião do contingente, finalidade principal dos nossos trabalhos pede licença para apresentar uma indicação, e é que esquecendo as animosidades se dirija uma circular a todas as autoridades, a todos os cidadãos influentes, a todos os pais e parentes dos designados, para persuadi-los que apressem seus

parentes seus filhos, ou pessoas que tenham acessão.
(ANAIS, 2017, p. 814)

Após a fala do presidente, outro vereador, ceticamente, observou que “é inútil, já foi feito e não obteve resultado algum, melhor é declarar francamente ao Governo, que nada se pode fazer.” (ANAIS, 2017, p. 814). De certo modo, a fala do arguto vereador reflete um dado importante. No conjunto geral da mobilização para o esforço de guerra contra o Paraguai, Minas Gerais foi uma das províncias mais refratárias no fornecimento de recrutas, a despeito de ser uma das regiões mais populosas do Império. (MENDES, 1997, p. 106)

Decerto, dada a extensão do território que facilitava a fuga para os matos próximos, mas, acima de tudo, ao clientelismo e às redes de proteção local na província mineira, em geral, e, em Uberaba, em particular, teriam sido fatores determinantes para o baixo número de recrutas. Havia, portanto, poucos a quem recrutar. Diante dessa situação, “melhor é declarar francamente ao Governo, que nada se pode fazer”.

Referências

ANAIS dos Livros de Atas – Câmara Municipal de Uberaba (Século XIX – 1857 a 1900), Volume I. Uberaba: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, 2017. Disponível em: <https://www.cneconline.com.br/temp/arquivopublicouberaba/>. Acesso em 29/06/2021.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: USP, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. O passado é imprevisível! Controvérsias historiográficas acerca da Guerra do Paraguai no livro didático de História (1910-2010). In: **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, nº 3, p. 69-91, dez. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Lidiana Emídio Justo da. Ó homem, não há mais ninguém que sirva para isto? Ser Guarda Nacional na província da Paraíba nos idos oitocentos. In: **Anais do XIII Encontro Estadual de História - História e Mídias: narrativas em disputas**, 2020. Disponível em:

<https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em 19/07/2021.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

DOMINGOS, Marcus Caetano. **D. Hermógenes e a eleição para as cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais**: 1821-1822. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GOLDONI, Aline Ribeiro. **Embate e negociação**: o recrutamento da Guarda Nacional Fluminense durante a Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAAY, Hendrik. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. *In: Estudos Afro-Asiáticos*, v. 33, p. 17-51, 1998.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. *In: Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n° 3, p. 113-151, 1999.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das Minas**: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro, 1750-1861. Uberlândia: UFU, 2002.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Um legislador nas Gerais**: vida e obra do cônego Hermógenes Casimiro de Araújo Brunswik (1783-1861). Franca, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de Sangue**: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. **Muitos barões para poucos marqueses**: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889). São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização do Brasil central**. 2ª ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

RISCHITELI, Augusto Bragança da Silva Pigrucci. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)**. Franca, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da Ordem**: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. São Paulo: UNESP, 2013.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil Imperial. *In: Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 36, p. 673-681, set./dez. 2015.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba**: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

Recebido em: 21 de agosto de 2021

Aceito em: 14 de julho de 2022